



A DINÂMICA GEOPOLÍTICA DO MONROÍSMO

Therezinha de Castro

"Perguntamos se o sonho americano de liberdade foi duzentos anos de pinho e madeira de lei, ou três gerações de relva. As gerações se foram — os anos que restam. . . não sabemos."

Archibald MacLeish, *Land of the Free*

INTRODUÇÃO

Uma das figuras que mais se destacou no Congresso de Viena (1815) foi Metternich, chanceler da Áustria. Sua larga visão política mostrava-lhe que a distribuição indiscriminada de territórios acordados pelas Potências da época, sem respeitar os interesses das populações nêles estabelecidas, desencadearia revoltas. Sabia também que as idéias liberais que agitavam a Europa e contaminavam a América poriam em perigo os regimes absolutistas no Velho Mundo e desagregariam os impérios coloniais ultramarinos.

Conseqüentemente, *contra o liberalismo e o nacionalismo*, sob inspiração de Alexandre I, czar da Rússia, era proposta aos soberanos, vencedores de Napoleão, uma "Santa Aliança dos povos" em *defesa da política do equilíbrio e geopolítica da estabilidade*. Na prática, porém, a "Santa Aliança" jamais funcionou, já que prevaleceu a idéia do "Concerto Europeu", proposta pelo inglês Castlereagh; assim, o *princípio da intervenção* só se concretizaria após prévio entendimento entre as potências, devendo, por outro lado, ficar restrito apenas a questões que pusessem em perigo a *política do equilíbrio*.

Daí, para a sustentação da política do equilíbrio e a manutenção da geopolítica da estabilidade, haver Metternich idealizado um *sistema de aliança*. Era firmada inicialmente a "Quádrupla Aliança" entre a Áustria, Prússia, Rússia e Inglaterra, que, posteriormente, se transformou em "Quíntupla Aliança", com a inclusão da França, quando nela se instaurou o governo legalista de Luís XVIII. Num autêntico sistema igualitário, as cinco potências europeias passariam a se reunir periodicamente para tratar de seus interesses ou quando se prenunciasse um caso grave.

Foram assim convocados Congressos* para que se resolvesse sobre a intervenção em países, onde as cinco potências viram que se esboçavam questões que poriam em perigo a paz na Europa. Tais Congressos se transformaram, na realidade, em "Ligas Contra-Revolucionárias", que embora nunca tenham agido em Portugal, onde estouraram movimentos liberais em 1817 e 1820, estenderam seus tentáculos até a Espanha, chegando a

*O Congresso de Aix-la-Chapelle (1818) resolveu que, com a ascensão de Luís XVIII ao trono da França, as tropas aliadas deveriam evacuar seu território nacional, diminuindo-lhe também a dívida de guerra. O Congresso de Troppau (1820) decretou a intervenção na Itália para reprimir movimentos liberais. O Congresso de Laibach (1821) outorgou à Áustria o direito de marchar contra a Península Itálica, onde o governo de Viena tinha grandes interesses. O Congresso de Verona (1822) permitiu que a França interviesse na Espanha para combater os liberais que se haviam sublevado contra o absolutismo de Fernando VII.

ameaçar o processo de emancipação que, em nome do nacionalismo, se realizava no vasto império hispano-americano.

Impunha-se então a dinâmica do monroísmo em prol de um Novo Mundo livre das intervenções europeias; sobretudo porque, muito embora a civilização americana fosse oriunda da europeia, dela passara a diferir no conturbado século XIX. O continente americano se tornava então independente sob o signo não só do nacionalismo como também do liberalismo, justamente os dois princípios que a Europa passara a combater como perniciosos ao seu equilíbrio.

A dinâmica geopolítica do espaço tinha grande influência no acatar ou não os dois princípios. A Europa é, como simples península da Ásia, um continente minúsculo; nela, o nacionalismo, fracionando ou reunindo, viria a causar desequilíbrios bem maiores do que os que causaria na imensidão americana. Em contrapartida, o absolutismo foi o fator histórico que forjou o *Estado Moderno* unificado na Europa, e, pelo menos por hierarquia, jamais desejou ceder lugar ao "bastardo" liberalismo; já a América, nascendo do "bastardo" liberalismo, procurou se naturalizar no absolutismo, dentro do qual se autoprotegeu como *Estado Contemporâneo*.

ESSÊNCIA DOUTRINÁRIA

Quer combatendo o liberalismo, quer se levantando contra o nacional-liberalismo, falharia a po-

lítica intervencionista européia em face da ação de um país também europeu — a Inglaterra. Atravessava este país a fase mais promissora de sua Revolução Industrial, e, para tal, necessitava de novos mercados para a colocação de seus produtos e aquisição de matérias-primas; para tudo isso, lhe acenava uma América Latina independente politicamente, porém dependente no setor econômico. Por isso, receando que o Congresso de Verona (1820), que levava a França a restaurar o absolutismo de Fernando VII, em nome do princípio da legitimidade viesse também estorvar o bom andamento dos movimentos emancipacionistas na América Espanhola, George Canning, então primeiro-ministro inglês, propôs uma ação conjunta anglo-estadunidense contra uma possível intervenção européia.

Diante da proposta, as opiniões se dividiram nos Estados Unidos: de um lado, Jefferson e Madison aceitando a ação; do outro lado, o Secretário de Estado John Quincy Adams, mostrando ao Presidente James Monroe que era aquela a oportunidade de o país se firmar no continente, agindo sozinho para mostrar a sua força. Por outro lado, defendia Adams, se a América Latina era ótimo mercado para a Inglaterra, também o seria para os Estados Unidos, que entravam em sua fase desenvolvimentista.

A tese de Adams foi adotada por Monroe, que, com os Estados Unidos ainda simples nação emergente, teria que ser cauteloso; por isso, em vez de fazer uma decla-

ração por meio diplomático às potências européias, *transformou a chamada Doutrina Monroe numa simples Mensagem Anual ao Congresso*. Por esse motivo, “os governos europeus pouca importância deram a essa declaração dos Estados Unidos, então incapazes de assegurá-la, e aí não viam senão fanfarronice ou gesto para uso interno. Mas nem por isso o texto tem menos valor. É o primeiro estágio de uma doutrina continental que formula exatamente a palavra de ordem — a América para os americanos! E traz em germe, através do pan-americanismo, uma hegemonia de fato da Grande República sobre as duas Américas”.*

Concluimos então que, para a Inglaterra, que desde o Congresso de Viena mantinha-se ávida pela formação de um império ultramarino, o colonialismo era um estado de espírito; para os Estados Unidos, interessados em sua marcha para o oeste, na aquisição do Alasca, na fusão com o Canadá e num estender de influências para a imatura América Latina, o imperialismo era uma prática. De um jeito ou de outro, ajusta-se aqui a frase de Disraeli: “O depositário do poder será sempre impopular”.

Daí a *má vontade pela Doutrina Monroe*, e contra sua própria essência — a América para os americanos, deturpada e conspurcada, impedindo que o Novo Continente se transformasse num todo coeso a partir de 1823. Má vontade que,

* René Rémond. *História dos Estados Unidos*. Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1961, pág. 48.

no entanto, não chegaria a evitar que a América Latina vegetasse, por muito tempo, à sombra da Revolução Industrial que enriqueceria a Inglaterra e levaria os Estados Unidos para o cenário internacional.

A despeito da vigência da Doutrina Monroe, pode-se dizer que, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, a intervenção dos Estados Unidos em favor do continente americano foi meramente simbólica, dinamizando-se à medida que se promoviam de potência emergente a superpotência, aumentando o seu peso no âmbito das Relações Internacionais, crescendo sua atuação e autoridade.

Do ponto de vista geopolítico, o desprezo pela Doutrina Monroe concorreu para o fortalecimento do norte e a lenta evolução do sul, para a fragilidade do eixo norte-sul ante a rivalidade do eixo leste-oeste. Rivalidade que caracterizaria, nessa mesma época, o pseudopan-americanismo, quando o Congresso do Panamá (1826), convocado por Bolívar, tentava realizar na prática a unidade de uma América republicana para fazer frente a uma Europa monárquica, traduzida na luta entre maçons vermelhos e azuis. Assim, apesar de pan-americano, deixava de "quarentena" o Império do Brasil, reduzido dos maçons azuis, tido como formação exótica e, portanto, um "vírus para o americanismo".

Não era, por outro lado, no verdadeiro sentido da palavra, um pan-americanismo, e sim uma quase indução à essência da *hispani-*

dad, já que em 1826 a Gran Colômbia de Bolívar também visava unir num só destino os núcleos geo-históricos de língua espanhola no continente. Daí as desconfianças, embora não-confessadas, mas demonstradas, dos Estados Unidos, cujo governo, se recusando a investir de poderes os seus delegados, achou mais prudente que chegassem depois de encerrado o Congresso. As desconfianças, ao que parece, também atingiram as Províncias do Rio da Prata e o Chile, que não se fizeram representar; depois do Congresso, no entanto, a própria Gran Colômbia se fracionaria.

Concluimos então que, contribuindo para garantir o nacionalismo no hemisfério ocidental, os hispano-americanos responderam à Doutrina Monroe fundando várias repúblicas nacionalistas separadas; o mesmo aconteceria com o liberalismo. O nacionalismo pode florescer separadamente de qualquer contrapartida liberal; daí o nacionalismo haver orientado sempre os governos caudilhistas e ditatoriais na América Latina, justificando-se, pois para o liberalismo, o Estado existe em função do indivíduo; já para o nacionalismo, o indivíduo existe em função do Estado.

CONTEÚDO DO SISTEMA

Nasceria a Doutrina Monroe baseada na premissa geopolítica de que a intervenção na pequena Europa era bem mais rápida e menos custosa que a mesma empresa num continente como a América, não

só de grandes distâncias como também separado dos dominadores europeus pelo oceano. Nesse contexto, *o conteúdo do sistema monroísta* se atém ao texto: "Os continentes americanos, em vista da condição de liberdade e independência que conquistaram e mantêm, não podem, daqui por diante, ser considerados como possíveis colônias futuras de qualquer potência européia. . . O sistema político das potências aliadas é essencialmente diferente do que existe na América. Consideraremos como um perigo para a nossa paz e segurança toda e qualquer tentativa de sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte deste hemisfério."

Conseqüentemente, *muito mais pelas dificuldades que a intervenção acarretaria do que propriamente pela Doutrina Monroe*, o reconhecimento das novas nações americanas seria mais um trabalho diplomático do que voltado para operações belicistas.

Analisada ao pé da letra, a Doutrina Monroe definiu, em grande parte, *os princípios da política estadunidense na América do Norte voltada para o hemisfério setentrional*. Voltada para o hemisfério onde os Estados Unidos propunham fazer frente, com seu mercado em expansão, à própria Revolução Industrial do Velho Mundo. Voltada para a América do Norte, onde o *Canadá*, dentro da esfera inglesa, e o *Alasca*, ainda russo, se constituíam ameaças às *pretensões estadunidenses sobre as costas do Pacífico Ártico*.

Assim, em trechos da Doutrina Monroe, observa-se a tomada de posição com relação ao Canadá, que permaneceria inglês, e ao Alasca, que em 1867 comprariam aos russos, nos seguintes termos: "Atendendo à proposta do governo imperial russo, feita pelo Ministro do Imperador aqui residente, foram transmitidos plenos poderes e instruções ao Ministro dos Estados Unidos em S. Petersburgo para dispor por meio de negociações amigáveis os direitos e interesses respectivos das duas nações na costa noroeste deste continente. Proposta semelhante já fora feita por Sua Alteza Imperial ao Governo da Grã-Bretanha, que a ela acedeu de igual modo." Dentro, pois, da dinâmica monroísta, se de leste para o oeste os Estados Unidos eram país de terras contínuas, o mesmo não iria ocorrer de sul para norte, já que *chegaram ao Ártico sem conseguirem vencer a interposição canadense*.

Lançado por uma nação ainda geopoliticamente adolescente, observa-se ser *bem regionalista o conteúdo do sistema a que se propõe o monroísmo*, como podemos depreender nos seguintes trechos: "Nas guerras de potências européias, por questões a nós alusivas, nunca tomamos qualquer partido, nem deve a nossa política comportar-se de outra forma. É somente quando nossos direitos são prejudicados ou seriamente ameaçados que nos ressentimos dessas ofensas e preparamos a nossa defesa. Com os movimentos registrados neste hemisfério, estamos, por necessidade, mais direta-

mente ligados, e por causas que devem ser óbvias para todos os observadores esclarecidos e imparciais. O sistema político dos poderes aliados é essencialmente diferente a esse respeito do vigente na América. . . Devemos, portanto, declarar com simplicidade, em vista das relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e aqueles poderes, que consideraremos qualquer tentativa de sua parte de estender seu sistema a qualquer área deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança. Quanto à existência de colônias ou dependências de alguma potência européia, não temos interferido nem interferiremos. Mas quanto aos governos que têm declarado e mantido a sua independência, e de cuja independência temos conhecimento, com grande consideração e baseados em princípios justos, não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimi-los, ou de controlar de algum modo o seu destino, por obra de alguma potência européia, senão como a manifestação de uma atitude inamistosa em relação aos Estados Unidos.”

Em face do estágio de sua evolução geopolítica, os Estados Unidos ainda mantinham suas diretrizes caracterizadamente puntiformes, ou seja, dirigidas para os âmbitos nacional e continental. Não envolviam também no todo “a América para os americanos”, já que se aqui ainda restavam colônias ou dependências, nada se faria para elevá-las ao estatuto de nações livres; conseqüentemente, a

atitude de alerta ou inamistosa se referia apenas à intervenção que se planejasse ou se viesse a realizar naquelas emancipadas ou nas que se emancipavam.

É fato que o continente, ao se iniciar o século XX, esteve na iminência de duas intervenções européias. A primeira, em 1903, quando, exigindo pela força o pagamento de dívidas à Alemanha, a Inglaterra e a Itália bloquearam portos venezuelanos, bombardeando Puerto Cabello e o Forte San Carlos. Invocando a Doutrina Monroe, os Estados Unidos oferecem o seu arbitramento, sendo a questão levada à Corte de Haia*, onde o laudo viria a ser desfavorável à Venezuela, obrigada a saldar suas dívidas.

Pouco depois, em 1904, novo perigo de intervenção ante a situação de insolvência do débito externo da República Dominicana levaria o governo de Washington a agir diretamente; sobretudo pelo fato de estar ocorrendo a pendência no momento em que os interesses dos Estados Unidos se multiplicavam no Caribe, em face da decisão de construir o Canal do Panamá.

Sendo perniciosa uma intervenção armada em grande escala no Caribe, e não dispondo de po-

*Esse incidente daria, em matéria de direito internacional, destaque ao argentino Luis Maria Drago, então ministro das Relações Exteriores. É que em Haia seria aprovada a Doutrina Drago, lançando o princípio de que nenhuma nação credora poderia empregar a força a fim de obrigar a nação devedora ao pagamento.

derio naval para manter as potências européias afastadas, Theodore Roosevelt aproveitou a oportunidade para anunciar *uma nova política pan-americana*. Surgia assim o *Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe*, também muito discretamente oficializado, pois foi lançado através de uma carta ao Secretário de Guerra Elihu Root, datada de 20 de maio de 1904 e articulada plenamente em dezembro, na Mensagem Anual ao Congresso.

Ante a evidência de novos problemas de endividamento no continente, declaravam os Estados Unidos que passavam a dever às potências européias a garantia de que nenhuma razão de intervenção iria ocorrer, visto que o uso da força no hemisfério ocidental era proibido pela Doutrina Monroe. Observamos, no entanto, que o Corolário Roosevelt baseava-se em premissas falsas, pois *jamais a Doutrina Monroe foi interpretada como proibição às intervenções européias temporárias para obrigar países americanos a resgatarem débitos ou cumprirem obrigações internacionais*. Esse Corolário era, assim, uma espécie de *transposição da Doutrina Monroe para o domínio econômico*.

Conclui-se do exposto que, em face da dinâmica geopolítica do monroísmo, *as novas nações americanas obtinham um apoio bem mais moral do que material*, visto que a neutralidade era ainda a vigamestra da política externa dos Estados Unidos. Constitui exemplo frisante o fato de que, embora os Estados Unidos, em face da Dou-

trina Monroe, considerassem o hemisfério ocidental fechado a qualquer futura colonização ou intervenção européia, não protestaram, nem agiram, quando os ingleses expulsaram a pequena guarnição argentina e ocuparam as Malvinas em 1833. É que dentro da dinâmica geopolítica, *em suas diretrizes gerais daquela época, o monroísmo contribuía, muito a seu modo e sem fugir à realidade de suas possibilidades, para que se mantivesse o nacionalismo no hemisfério ocidental, sem no entanto poder protegê-lo abertamente*.

CONCLUSÃO

A Segunda Guerra Mundial concederia aos Estados Unidos o papel de superpotência. Com a derrota do nazismo e a ascensão do comunismo, *a Doutrina Monroe se envolveria na "guerra fria"* através de um novo legado; a infiltração dos Quinta-Colunas do totalitarismo de direita, via seu campo de ação ocupado pela subversão das esquerdas.

Com base no monroísmo, Nicholas Spykman destacava então a importância geoestratégica do "anel marítimo" formado pela América em confronto com o poder terrestre da Eurásia de Mackinder. Alertava, por isso, ao governo de Washington sobre a necessidade de desenvolver novas estratégias que viessem *impedir a disseminação de sistemas alienígenas no continente*.

Sabendo-se que a Doutrina Monroe constituía uma declaração

unilateral por parte de um Estado soberano no sentido de proteger a integridade de outros Estados igualmente soberanos, tal situação desagradaria sobretudo a maioria continental americana; daí ter havido sempre o desejo notório e impulso natural para *superar essa unilateralidade*. Por isso, em Lima, a 24 de dezembro de 1938, com base na Declaração de Princípios, Solidariedade e Cooperação de 21 de dezembro de 1936, feita em Buenos Aires, as 21 nações americanas davam destaque à *soberania absoluta* em se tratando da defesa contra a intervenção estrangeira e toda a atividade que as viesse ameaçar. Em Lima, pois, procurava-se *minimizar o sistema tutelar e paternalista da Doutrina Monroe*.

Em contrapartida, os Estados Unidos eram levados, pelas contingências internacionais, a assumir responsabilidades cada vez maiores; daí *esfriarem-se os compromissos do monroísmo*, que ficaram mesmo à margem dos assuntos europeus. Invertiam-se as situações — não era mais a Europa que vinha à América tal como no século XIX, e sim a América, representada pelos Estados Unidos, que iria ao Velho Mundo. Conseqüentemente, a despeito do *TIAR*, surgido em 1947 como nova feição *geoestratégica do monroísmo*, a esse frágil eixo norte-sul se sobrepunha o leste-oeste.

Impunha-se bem mais a *Doutrina Truman*, já que dentro de um contexto mais global e imediato os Estados Unidos teriam, no jogo de xadrez mundial, que se enfrentar com a Rússia, me-

lhor posicionada na geoestratégica zona da Cortina de Ferro, numa flagrante ameaça ao bloco ocidental. Assim, afirmava textualmente Truman: "Acredito que a política dos Estados Unidos deva ser de apoio aos povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Acredito que precisamos ajudar os povos livres a forjar os próprios destinos a seu modo." Era, pois, *um amplo pronunciamento dos Estados Unidos, que assumiam suas responsabilidades não mais continentais, e sim internacionais*.

Ampliava-se a Doutrina Monroe não só geopoliticamente como também na disposição da reconstrução, já que afirmava: "O nosso auxílio deve ser dado principalmente através da assistência econômica e financeira, essenciais à estabilidade econômica e a processos políticos ordenados."

Devastada pela guerra, a Europa teria que ser amparada pelos Estados Unidos através do *Plano Marshall* (1947), oferecendo ao continente recursos técnicos e financeiros numa política de atração da zona ocidental para sua influência. A contra-resposta russa seria lançada com o *Plano Molotov* (1949), de ampla cooperação entre países, que na Europa Oriental se transformavam em "satélites".

Os dois planos teriam *respaldo em alianças militares*. A 4 de abril de 1949 nascia a OTAN em Washington, envolvendo num complexo geoestratégico leste-oeste os Estados Unidos-Canadá de

um lado, a Groenlândia*-Islândia como trampolins centrais e, no outro extremo, a Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Dinamarca, Noruega, Holanda, Luxemburgo, Itália e Portugal. Prosseguindo a geopolítica do confronto, era firmado a 14 de maio de 1955 o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua pela Rússia, Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária; como o acordo foi feito na capital polonesa, ficaria mais conhecido como *Pacto de Varsóvia*.

No integrado mundo norte-sul concebido por Hashoffer, impunha-se uma "Zona de Co-Prosperidade Asiática" vizinha da "Pan-Rússia" (coincidentemente com a do Pacto de Varsóvia), ao lado da "Euráfrica" (englobando apenas parte da OTAN) e, separadamente, a "Pan-América", exatamente o "anel marítimo" de Spykman, que a *Doutrina Monroe procurou envolver e o TIAR pretendia confirmar sem conseguir firmar*. Assim, para fazer frente à Doutrina Truman, surgia, em 1950, o *Corolário Kennan***, alertando os Estados Unidos para a execução de ação mais ampla no eixo norte-sul,

"Pan-América" ou "anel marítimo", onde a maioria dos países eram subdesenvolvidos, tornando fracos os conceitos e tradições democráticos. O posicionamento dos Estados Unidos estava em perigo, pois embora fossem esses países americanos, em sua maioria, governados por ditaduras de direita, o comunismo vinha, sub-repticiamente, procurando desarticulá-las a fim de substituí-las por mandatários-títeres de esquerda, em nome dos "direitos humanos". Essa política tomaria o cognome de "Fixação".

Embora a paisagem política prevista por Kennan não fosse tão evidente na época, tornar-se-ia real a partir de 1960, constituindo-se em alguns exemplos: entrada de Cuba para a órbita soviética; a escalada esquerdista no Brasil sufocada, em tempo, pela Revolução de 1964; a eleição de Salvador Allende no Chile em 1970, à frente da coalizão de esquerda Unida de Popular; a escalada de violência na América Central após a queda do regime direitista de Anastasio Somoza (1971) na Nicarágua e o rompimento do sandinismo com os Estados Unidos a partir de 1981.

Donde concluir-se que a presença dos Estados Unidos na América Central, representada pelas intervenções em *San Domingos* (1965) e *Granada* (1983), seja legado da *Doutrina Monroe em face da guerra fria*. Legado que se destaca ainda mais com a disposição do Governo Reagan ao declarar: "Não podemos permitir que a União Soviética conquiste mais

*Aliás, o TIAR havia, dois anos antes, considerado a Groenlândia peça geoestratégica do hemisfério ocidental sob proteção da Doutrina Monroe; com a OTAN, esse posicionamento evoluiu, saindo essa ilha, pertencente à Dinamarca, da zona de segurança do referido tratado, assinado no Rio de Janeiro.

**Homenagem ao seu enunciador, o diplomata George Frost Kennan.

uma base na América Latina. Cuba e Nicarágua já bastam." É fato, porém, destacado que *a região do Caribe, na ante-sala da OTAN, se inscreva bem mais no contexto do eixo leste-oeste do que na dinâmica geopolítica do monroísmo*. Trinta e cinco anos depois, o *Corolário Kennan passa a ser aplicável novamente ao Cone Sul, onde as "aberturas políticas" para "imaturas democracias" abrem, nas asas do revanchismo, livre caminho para a escalada esquerdista*.

A Doutrina Monroe, a despeito de sua ainda vigência, *tem que viver praticamente no anonimato* por se manter como instrumento de política unilateral; como ainda por perceberem os Estados Unidos que *o monroísmo, despertando ressentimentos e prevenções na América Latina*, contribui para acionar a Rússia a adotar doutrinas semelhantes.

Procurando uma equivalência com o monroísmo, a *Doutrina Brezhnev* seria posta em prática pela primeira vez quando, na "Primavera de Praga", em 1968, as tropas russas esmagaram os inimigos do comunismo na Tchecoslováquia. Na ocasião, afirmava Leonid Brezhnev que a Rússia tinha por obrigação moral o direito de interferir nos assuntos internos das "nações irmãs" para defesa e manutenção do socialismo, e que os Estados Unidos deveriam se manter à parte, mais voltados para a América e menos para a Europa. Repetia-se, em parte, o que ocorrera com Hitler em 1940, no momento em que as tropas nazistas ocupavam a França e a Holanda,

possuidoras de colônias na região das Guianas; o governo de Washington invocou então a Doutrina Monroe, obtendo o reconhecimento pleno da Alemanha mediante promessa de que os Estados Unidos se manteriam fora da Europa.

Por outro lado, quando, em 1962, Krutchev começou a instalar mísseis soviéticos em Cuba, a Doutrina Monroe foi invocada mas não respeitada. É que a Rússia só recuou pela metade, isto é, mediante o compromisso tácito do governo de Washington de jamais invadir Cuba; compromisso este que, na prática, se transformou no reconhecimento oficial de que a geoestratégica ilha do Caribe constitui um "protetorado" do Kremlin e cabeça-de-ponte para a exportação de guerrilhas.

No contexto histórico, tanto diante do nazismo como atualmente em face do comunismo, *a atitude dos Estados Unidos vem sendo muito mais defensiva do que ofensiva*. É que o governo de Washington, tanto no passado como no presente, lida com regimes fortes, bem diferentes do seu, onde a pátria pode ser discutida, quando não ameaçada, por um Congresso bastante heterogêneo; daí podermos concluir que *a Doutrina Monroe vem sendo um fato, porém nem sempre um feito consumado*, apresentando seus altos e baixos sempre ao sabor da autêntica "ditadura" do Congresso.

Conseqüentemente, a despeito da permanência dos conceitos da Doutrina Monroe, os Estados Unidos, em face de sua política quase sempre imediatista, ainda não aten-

taram para o princípio que Mao-Tse-tung prega na página 123 de sua *Guerra Revolucionária*: "Numa rixa, mais vale arrancar um dente do adversário do que ferir os dez."

Assim, ao eixo norte-sul ou à primeira etapa na qual os Estados Unidos se opunham à expansão do comunismo em países americanos, se interporia o eixo leste-oeste, numa segunda etapa. A partir de então, a *dinâmica geopolítica do monroísmo perdeu suas características iniciais, procurando ampliar-se*; no âmbito da guerra fria, transformava-se num *instrumento de resistência à difusão de uma ideologia estrangeira, não só no continente americano, mas também no mundo inteiro*. Tal dinamismo monroísta é plenamente justificado pelo fato de ter sido a Segunda Guerra Mundial o primeiro conflito a envolver realmente um mundo globalizado.

Podemos ainda concluir que a *primeira etapa do eixo norte-sul a que se propunha inicialmente a Doutrina Monroe seria, numa segunda etapa, suplantada pela Doutrina Nixon* (1969), cujo objetivo central é o de que os Estados Unidos devem participar da defesa e desenvolvimento de seus aliados e amigos, muito embora o governo de Washington não deseje e nem possa conceber todos os planos, determinar todos os programas, executar todas as decisões e assumir toda a defesa das nações livres do mundo. Dentro da temática dessa Doutrina, a ajuda e intervenção estadunidenses serão dadas e realizadas no momento em que

vierem a significar uma real diferença e forem consideradas de grande interesse. Isto porque, conclui textualmente a Doutrina Nixon: "Os Estados Unidos não podem viver isolados se esperam viver em paz. Não temos a menor intenção de nos retirarmos do mundo. O único problema que enfrentamos é saber qual a melhor maneira para nos desincumbirmos de nossas responsabilidades para proteger nossos interesses e com isso contribuirmos para a paz."

De fato, nem sempre os Estados Unidos protegem os seus interesses, pois em nome de "liberdades democráticas", de "direitos humanos", têm contribuído para a escalada esquerdista que rouba a paz no continente; desincumbem-se mal de suas responsabilidades retirando-se de seu mundo, ou contribuindo direta ou indiretamente para que caíam regimes políticos que não lhes são simpáticos. É esta, pois, a *história da dinâmica geopolítica do monroísmo, binariamente caracterizada, onde a ideologia é apenas um dos lados de toda a trama*.

BIBLIOGRAFIA

- M. de Barral — Montferrat. *De Monroe a Roosevelt: 1823-1905*. Librairie Plon, Paris, 1905.
- Samuel Flagg Bemis. *La política internacional de los Estados Unidos — Interpretaciones*. Biblioteca Interamericana XI, Lancaster Press, Nova York, 1939.
- André Chéradame. *Défense de l'Amérique*. Librairie Beauchemin Limitée, Montreal, 1941.
- Richard B. Morris. *Documentos básicos da história dos Estados Unidos*. Editora Fundo de Cultura, Rio, 1956.



Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.



Fotografia tirada durante o "Curso de manutenção e alinhamento de suspensão de carros blindados", ministrado pela NOVATRAÇÃO para Sargentos da Divisão de Material Bélico da 2ª Região Militar

**A NOVATRAÇÃO
RECUPERA E
FABRICA
PNEUS À PROVA
DE BALA,
LAGARTAS, E
RODAS DE APOIO
PARA VIATURAS**

Novatração

ARTEFATOS DE BORRACHA S.A.

Av. Deputado Cantídio Sampaio, 4.714 — Parada de Taipas — Tel.: 841-2322
Telex (011) 38332 NTSP BR — Caixa Postal 8883 — São Paulo — SP — Brasil